

A LOUCURA NA PERSPECTIVA DE FOUCAULT

Raimundo Nonato Saraiva Barroso Filho*

Marcondes de Lima Nicácio**

José Alessandro Cândido da Silva***

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar a visão de Foucault sobre a loucura, suas estruturas, consequências e interferências na construção do indivíduo. Para sua realização, desenvolvemos uma investigação de base bibliográfica com enfoque qualitativo e utilizamos a Análise Textual Discursiva (ATD) como método de análise de dados. Ao integralizar o estudo, depreendemos que a loucura é uma construção social, cujas estruturas configuram um sistema de segregação. Além disso, a interferência das relações de poder sobre o indivíduo rotulado como "louco" resulta na perda de sua liberdade, o que impacta a ética social relacionada ao tratamento da loucura. Esse processo reforça o caráter instrumental da violência e cria significações filosóficas, psicológicas e sociais que comprometem a subsistência do "louco".

Palavras-chave: Loucura; Foucault; exclusão social; segregação; liberdade.

MADNESS FROM FOUCAULT'S PERSPECTIVE

Abstract: This research aims to analyze Foucault's view of madness, its structures, consequences and interferences in the construction of the individual. To carry it out, we developed a bibliographic investigation with a qualitative focus and used Discursive Textual Analysis (DTA) as a method of data analysis. By integrating the study, we infer that madness is a social construction, whose structures configure a system of segregation. In addition, the interference of power relations over the individual labeled as "insane" results in the loss of their freedom, which impacts the social ethics related to the treatment of madness. This process reinforces the instrumental character of violence and creates philosophical, psychological and social meanings that compromise the subsistence of the "madman".

Keywords: Madness; Foucault; social exclusion; segregation; freedom.

Introdução

Ainda hoje, as obras de Foucault exercem influência no meio acadêmico, dada sua importância social, política e intelectual. Além desse entendimento, acremente-

se o fato de que é um desafio abordar a loucura sem fazer referência a seus trabalhos, seja no campo psiquiátrico, histórico, ético, sociológico ou filosófico. .

Com o objetivo de investigar a loucura sob uma abordagem filosófica, buscamos responder ao problema da pesquisa: “*Qual é a visão de Foucault sobre a loucura?*”, Para tanto, analisaremos *sua visão sobre a loucura, identificando suas estruturas, consequências e interferência na construção do indivíduo*. A discussão inclui, como como pano de fundo, a problematização sobre quem somos hoje e como é possível transitar pelas brechas do poder, uma vez que a análise histórico-filosófica da loucura nos leva a refletir sobre os paradigmas prevalecentes no contexto social.

No Brasil, é importante destacar as vindas de Michel Foucault ao país e sua colaboração para o meio acadêmico. O autor esteve na Universidade de São Paulo (USP) em 1965, quando realizou uma conferência na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), que, desde 1930, mantinha intercâmbio cultural com a França. Na ocasião, encontrou um cenário político desfavorável devido à ditadura militar no Brasil (Arbex, 2016).

Para desenvolver a análise e dar maior enfoque ao tema proposto, este artigo utilizará essencialmente as obras *História da loucura na Idade Clássica*, *Microfísica do poder* e *Vigiar e punir*, de Foucault, como fontes primárias.

Este trabalho está organizado em seções. A primeira consiste nesta introdução. Na segunda, apresentamos a metodologia que orientou a pesquisa. Na terceira, intitulada “O homem faz a loucura”, abordamos a loucura sob os vieses patológico e social. Na quarta, “A liberdade da loucura no discurso do poder”, discutimos a relação entre loucura e poder. Por fim, a quinta parte traz as considerações finais decorrentes da investigação.

1 Metodologia

Esta pesquisa seguiu uma abordagem indutiva, sendo necessária para a compreensão das obras que serviram de base para a investigação, afunilando-as para uma compreensão filosófica. Trata-se também de uma pesquisa bibliográfica, método que utiliza várias etapas e depende de vários fatores, como a compreensão do tema por parte do pesquisador.

As etapas da pesquisa bibliográfica iniciaram com a escolha do tema, quando procuramos trabalhar com a perspectiva do autor. Logo após isso, fizemos um levantamento bibliográfico preliminar para compreender previamente o tema estabelecido. A partir disso, formulamos o problema, norteando nosso trabalho na tentativa de respondê-lo e identificar as fontes iniciais, além da leitura desses materiais. Por fim, organizamos logicamente o tema e redigimos o texto. Dessa forma, a pesquisa foi tomando forma e sendo desenvolvida ao longo do processo.

Algumas bases de dados que também nos ajudaram na pesquisa bibliográfica foram: o sistema da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (Capes), que nos permitiu manter um nível adequado de leitura acadêmica durante a pesquisa; o *Scientific Electronic Library Online* e o *Google Acadêmico*, que também foram acervos riquíssimos para a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa também é qualitativa, com uma abordagem interpretativa. O método de pesquisa cumpriu com a função de estudar um objeto, buscando interpretá-lo em termos de seu significado. Nesse sentido, a análise considera principalmente a subjetividade do pesquisador. O objetivo é considerar a totalidade do objeto de estudo, e não aspectos ou dados isolados.

A análise dos dados foi desenvolvida a partir de Análise Textual Discursiva (ATD) realizada com os dados bibliográficos. Essa abordagem é descrita como um processo que se inicia com uma unitarização, na qual os textos são divididos em unidades de significado. Essas unidades podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. No movimento de interpretação, o significado atribuído pelo autor é exercitado por meio da apropriação das palavras de outras vozes, com o objetivo de compreender melhor o texto. Depois dessa unitarização, que precisa ser feita com intensidade e profundidade, passa-se à articulação de significados semelhantes, em um processo denominado categorização. Nesse processo, as unidades de significado semelhantes são reunidas, gerando diferentes níveis de categorias de análise. A Análise Textual Discursiva tem na escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados. Por isso, em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, algo que só pode ser alcançado se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos (Moraes; Galiazzi, 2016).

2 O homem faz a loucura

Nesta seção, discutimos a natureza da loucura dentro da dicotomia entre ser parte do mundo ou inerente ao homem. Nosso interesse é abordar a loucura sob uma visão filosófica, não separando o homem da loucura, mas analisando o que Foucault nos diz sobre a natureza da alienação no debate entre patologia e/ou uma construção social.

Para a análise, precisamos entender quais são os termos vigentes sobre a loucura. Vale destacar que este termo, no campo das ciências da saúde, não é mais aceito; porém, o nosso foco é estritamente filosófico e se concentrará no exame da obra *História da loucura* de Michel Foucault, incluindo o uso dos termos presentes nela. Ao longo dos anos, a expressão loucura ganhou um sentido pejorativo, e com este estudo, não pretendemos ofender quaisquer grupos afetados pelas doenças mentais.

Costa Júnior e Medeiros (2007, p. 7) abordam diversos conceitos de loucura para a psiquiatria, os quais eles nos apresentam da seguinte forma:

Todos os artigos analisados oriundos de publicações psiquiátricas (com corpo editorial formado por psiquiatras) tratam a esquizofrenia como entidade nosológica autônoma em relação à intencionalidade humana: uma doença médica, de caráter biofísico, ou orgânico puro, que a Psiquiatria esclareceu e esclarece no senso comum, a partir das concepções populares de loucura. Todos esses artigos tratam da esquizofrenia como fenômeno de existência real, um fenômeno patológico da estrutura bioquímica do cérebro, embora havendo divergências sobre a sua essência fisiopatológica, a sua origem (etiologia) e a ação adequada, do ponto de vista médico, a adotar (sua terapêutica) – exceto pelo uso de drogas antipsicóticas, que é unanimidade.

Mas reiteram que, historicamente, loucura acabou sendo conceituada como psicose ainda no século XIX e início do século XX e, ao longo do século XX, o conceito acabou foi progressivamente reduzido à esquizofrenia. O termo psicose é também usado para designar a loucura, sendo empregado desde a Grécia Antiga. Portanto, cabe à psiquiatria esclarecer o senso comum, que tende a ver a loucura de maneira distorcida.

O fato é que os estudos atuais da psiquiatria em relação à loucura divergem bastante quanto aos conceitos, causas e efeitos. Algumas publicações definem a loucura como uma doença médica, seguindo a tradição psiquiátrica, que a considera um distúrbio biológico e busca tratá-la por meio de intervenções médicas.

Outras publicações rejeitam explicitamente a concepção psiquiátrica de loucura, discutindo-a com base em concepções que mantêm diálogo com os objetos perceptivos (diagnósticos descritivos) que a psiquiatria concebeu ao longo de sua história.

Essas conceituações, muitas vezes anteriores aos conceitos atuais da psiquiatria, apontam para construtos teóricos que indicam uma concepção da mente (ou do psicológico), desde uma abordagem mais individualizada até uma perspectiva que considera o resultado das inter-relações sociais.

Há também abordagens que definem a loucura sob lentes psicológico-filosóficas, considerando-a como um fenômeno que pode ser entendido em termos de experiências subjetivas e interações sociais.

A loucura não é uma característica natural do ser humano; não existe ser humano que nasça "louco". Ela é uma construção contínua, motivada por frustrações, medos e experiências negativas, e varia conforme a época e o contexto cultural do indivíduo, como nos ensina Foucault (2019, p. 29):

É que, de um modo geral, a loucura não está ligada ao mundo e a suas formas subterrâneas, mas sim ao homem, a suas fraquezas, seus sonhos e suas ilusões [...] a loucura não está mais à espreita do homem pelos quatro cantos do mundo. Ela se insinua nele, ou melhor, é ela um sutil relacionamento que o homem mantém consigo mesmo. De fato, há apenas loucuras — formas humanas da loucura: 'Há tantas estátuas quanto homens'.

Portanto, percebemos que a loucura é uma consequência do próprio ser humano, construída através do caos da vida, com toda a carga de experiências negativas, sendo uma constituição constante. Pressões sobre os indivíduos geram um desconforto social no convívio comum. Dessa forma, Brito (2011) afirma que a sociedade produz a loucura de forma gradativa, iniciando com a insatisfação pelos objetivos não alcançados, mergulhando em uma angústia de não se sentir parte de

uma sociedade e se afogando no desequilíbrio, acentuado pela falta de compressão da sociedade em relação ao indivíduo.

A autora acrescenta que a loucura não é propriamente uma doença, mas pode ser considerada parte da razão humana, já que pode coexistir com a lucidez, sendo, em igual medida, loucura e razão.

Os devaneios da loucura, sem dúvida, devem ser encarados como um produto do mundo e das circunstâncias. Portanto, também devemos considerar que a loucura pode ser uma resposta ao mundo ao nosso redor, às pressões da vida, às experiências traumáticas ou até mesmo às condições sociais e culturais em que vivemos. Nesse caso, a loucura não seria “natural” no sentido de ser inata ao ser humano, mas uma resposta a fatores externos que afetam nossa mente e nossa saúde mental.

Como diz Foucault (2019), basta olhar para as cidades, mesmo as maiores e mais bem governadas, que expressam tantas formas de loucura que jamais haveria tolos suficientes para zombá-las. Essa percepção da loucura presente no espaço urbano está intimamente ligada à maneira como o próprio sujeito a concebe para si mesmo (Foucault, 2019, p. 24):

A loucura só existe em cada homem, porque é o homem que a constitui no apego que ele demonstra por si mesmo e através das ilusões com que se alimenta. [...] o apego a si próprio é o primeiro sinal da loucura, mas é porque o homem se apega a si próprio que ele aceita o erro como verdade, a mentira como sendo a realidade, a violência e a feiura como sendo a beleza e a justiça.

A loucura se configura como um símbolo, um espelho que não reflete a realidade, mas sim desejos, presunções, ambições, cansaços e objetivos. Dessa maneira, não se trata de uma verdade objetiva, mas da verdade que o próprio homem acredita ser, e que reside nele. Logo, ingressamos em um universo profundamente moral, no qual, segundo Foucault (2019), o mal não é castigo nem o fim dos tempos, mas apenas erros e defeitos.

O autor transita pela poesia da loucura, cria termos e inventa uma nova forma de escrever sobre os devaneios, a insanidade, o que nos conduz à pura poesia da loucura, mais profunda do que o próprio Erasmo em *Elogio da Loucura*.

Segundo Foucault (2019), o homem é uma figura estranha do saber, pois sua natureza é o saber, é a razão. Portanto, não é para o devaneio que o homem nasce, nem para a desrazão que ele vive. O homem não deve apenas superar a si mesmo, mas deve se desvincular de suas fraquezas, dominar a oposição entre as coisas do mundo e sua essência divina, pois o que aparece de verdade na aparência não é o reflexo do homem, mas sua cruel contradição.

Tudo o que existe tem duas faces, e o abismo da loucura em que o ser humano se encontra é tal que a aparência de verdade que nele se encontra é simultaneamente sua rigorosa contradição.

Conforme Foucault (2019, p. 128), a loucura confronta o homem com sua natureza e moral, enquanto sua consciência crítica se amplia:

Àquele que fazia da loucura uma experiência no campo da linguagem, uma experiência onde o homem era confrontado com sua verdade moral, com as regras próprias à sua natureza e à sua verdade. Em suma, a consciência crítica da loucura viu-se cada vez mais posta sob uma luz mais forte, enquanto penetravam progressivamente na penumbra suas figuras trágicas.

Mas, afinal, o que é a loucura? De certa forma, acreditamos que a loucura é uma força que desafia a ordem, a lógica e a racionalidade, que muitas vezes associamos ao comportamento natural ou esperado. A loucura, então, seria uma ruptura dessa ordem, uma quebra das barreiras que mantêm a mente humana estável e consistente. Como já foi dito, se a ordem natural do homem é ser uma criatura pensante e racional, tudo o que se opõe a isso é desordem e caos.

Providello e Yasui (2013) também compreendem essa perspectiva em que Foucault não vê a loucura como um objeto natural, a priori, e existente desde sempre, mas como uma construção do próprio homem. Deste modo, os dois teóricos oferecem um claro exemplo de como a loucura é uma construção social. Se um homem que vive em uma ilha deserta a sua vida inteira, em certo dia, apresentasse sintomas de psicose e uma alucinação, ele seria considerado um "louco"? Depende.

Se outras pessoas o encontrassem e fizessem uma avaliação, com certeza chegariam à conclusão de que este indivíduo seria "louco". Porém, se esse homem fosse o único ser humano existente na Terra, ninguém, obviamente, o definiria como "louco", rotulando-o como tal, nem o veria com essa característica. Logo, as

alucinações se tornariam algo constitutivo da própria natureza do homem, da sua essência.

A loucura é uma construção social fenomênica e patológica puramente humana, como afirma Schneider (2009). Nos animais, existem mudanças de comportamento, mas não psicopatológicas, pois o animal não põe em questão seu ser, diferentemente do homem, que experimenta transtornos psicológicos como arrependimento, culpa, inconformismo, ódio, vazio e sofrimento psíquico.

Essa visão converge com a análise de Branco (2011) sobre Foucault, que, ao estudar a loucura ao longo da história, não buscava criticar a medicina, mas mostrar suas interpretações pré-medicalização. Contudo, sua obra motivou questionamentos sobre as práticas excludentes decorrentes desse processo:

Quando foi escrito, o livro *A história da loucura* tinha como contexto as diferentes modalidades de percepção sobre o que era a loucura, nos últimos quatro séculos no Ocidente. A loucura, mostra Foucault, não é um fato científico e médico; mas passou a sê-lo apenas no século XIX. Todavia, não era seu objetivo denunciar a medicina ou libertar as vítimas do encarceramento psiquiátrico. Tanto que o livro termina descrevendo o que se passava no século XIX. O que não impediu que os leitores do livro não se sensibilizassem com esta percepção de que não existe necessariamente esta forma de loucura submetida à medicalização e ao afastamento social, e procurassem desfazer as práticas opressivas que foram desenvolvidas desde então, dois séculos antes de nós (p. 1).

Esse filósofo ainda reitera que Foucault tenha tentado descrever, em *A história da loucura*, que não existe a loucura ou o "louco" como coisas fixas e determinadas para sempre. E que, enquanto produção social, histórica, do saber e poder, a loucura é, na verdade, uma produção, uma construção, com efeitos opressivos na maioria das vezes, sendo que o caminho da internação é irreversível.

Essas ideias nos mostram que a loucura é um objeto criado e não descoberto pela medicina. Ao tratar do desenvolvimento do termo e da patologia ao longo da história, processo que Foucault mesmo realizou, ele não busca definir a loucura ou criar novos termos. Pelo contrário, ele aceita e se debruça sobre os termos já existentes. Apesar de suas obras terem desempenhado um papel importante no desenvolvimento e na humanização do tratamento dos acometidos, Foucault nunca almejou tal feito. Seu desejo era lançar-se na história e tentar compreender esse tão peculiar objeto de pesquisa.

Na mesma linha analítica de que a loucura é uma construção histórica e política do Ocidente moderno, Fanon (1968, p. 200), afirma que “a desordem mental do colonizado é a consequência direta e o reflexo da desordem imposta pela colonização”. Assim, interpreta a loucura não como uma anomalia individual, mas como resultado das estruturas sociais opressivas resultantes do processo de colonialismo.

Outro importante pensamento sobre a loucura é o de Deleuze (1992, p. 139), que a apresenta como linha de fuga e resistência ao expor que “a loucura não é o oposto da razão, mas a sua exterioridade. É o fora do pensamento”. Uma exterioridade não patológica que, pela criatividade e resistência, percorre territórios que contrariam a normatização da razão ocidental, sendo um imperativo ontológico.

Na discussão proposta, fica claro que, para Foucault, a loucura não é algo natural do homem, mas sim uma construção social, dependente da interpretação de terceiros. Esta perspectiva é completamente filosófica e, como vimos, os conceitos atuais da psiquiatria sobre as doenças mentais em nossa interpretação reforçam tal percepção. Na próxima parte, aprofundamos as reflexões sobre as ideias relativas às causas da loucura.

2.1 Exclusão social: a *narrenschiff*

Nesta subseção, abordamos uma das questões mais discutidas por Foucault (2019) em sua obra *História da Loucura*: a segregação social. Também buscamos compreender como todo o trabalho de Foucault influenciou a mudança de perspectiva sobre a ética no tratamento para com os “loucos” e na própria percepção da necessidade de mudanças no campo filosófico e psiquiátrico.

Foucault (2019) busca analisar a questão da estrutura social e da exclusão dos corpos, penetrando na história ao avaliar os termos que outrora eram direcionados aos “loucos”. Por meio de sua obra, podemos perceber a evolução terminológica e sua própria participação nessa desconstrução. Ele percorre esse conhecimento, analisando as várias estruturas de exclusão do Estado, entre elas, o manicômio.

Através de sua análise histórica, Foucault nos deixa claro como cada época compreendia a loucura e as formas de exclusão presentes nelas. Ao longo da história, pouca importância foi dada à questão do “insano”. De fato, cada época compreendia

a loucura de uma forma distinta, e o tratamento para com esses indivíduos variava de acordo com o período (Foucault, 2019).

Segundo Silveira (2004, p. 3), a exclusão do indivíduo “louco” está presente em todas as épocas e sociedades. Porém, ele afirma que, na Grécia Antiga, a experiência com a loucura não era vista sempre de forma negativa, nem como uma doença; pelo contrário, a loucura já foi considerada um privilégio na antiga Grécia. Filósofos importantes, como Sócrates e Platão, acreditavam na existência de uma loucura divina. Para esses filósofos, era por meio das alucinações de certos indivíduos privilegiados que se poderia chegar a verdades divinas.

Durante a Idade Média, esse problema era visto simplesmente como um erro, uma falha da razão. Nesse período, o maior foco de exclusão era dado, segundo Foucault (2019), ao leproso.

O próprio autor explica como a Idade Média era repleta de outros seres rejeitados. Após as Cruzadas, a Europa foi invadida pela lepra, e os leprosários se multiplicaram pela região. Aos poucos, esses indivíduos perderam a atenção da população, e os hospitais leprosários foram esvaziados. Foucault (2019, p. 4) nos diz que “o desaparecimento desse mal foi celebrado em 1635, onde os habitantes de Reims fizeram uma procissão para agradecer a Deus pela libertação desse mal”.

No final da Idade Média, os leprosários começaram a ser fechados e já não aceitavam mais os acometidos pela lepra: “Em todo caso, por volta de 1266, à época em que Luís VIII estabelece, para a França, o regulamento dos leprosários, mais de 2.000 deles encontram-se recenseados” (Foucault, 2019, p.3). No entanto, uma nova doença viria a substituir a lepra naquele espaço: a própria loucura.

Percebe-se aqui uma sociedade ébria em excluir indivíduos que não contribuem efetivamente para a instituição, passando a exclusão de um indivíduo ao outro como uma herança. Trata-se de uma transferência da exclusão de um indivíduo para outro. Não que a nossa sociedade atual não seja ainda excludente com aqueles que não contribuem para a economia do Estado. Para ser um cidadão, é necessário contribuir politicamente com a sociedade, cumprindo seus deveres. No entanto, um indivíduo que não contribui, como é o caso dos acometidos pela loucura, que não participa da vida política, acaba se tornando ignóbil.

Mas percebemos que a mentalidade da época transfere as chagas da exclusão do leproso para o “louco”. Demora até que todos os hospitais da Europa sejam

recenseados e esvaziados desses indivíduos leprosos. Já se percebem sinais de exclusão dos indivíduos "loucos" bem antes da Renascença. Atitudes excludentes são encontradas na França ainda no século XV, onde, por diversas vezes, tenta-se escorraçá-los, porém sem êxito, pois eles se misturam entre os outros doentes.

Na Alemanha, surgiram casas especiais, com o intuito não de excluir, mas de curar os "loucos" por meio de tratamentos. Nos mesmos locais de exclusão do leproso, a exclusão dos "loucos" se deu de forma semelhante, dois ou três séculos depois. Não obstante à sociedade excludente, Foucault (2019) nos diz que a Igreja continuava a acreditar que, mesmo os "loucos", sujeitos à exclusão, ainda pertenciam à filiação divina, embora não estivessem isentos da segregação.

A loucura, para Foucault (2019), é um fenômeno bastante complexo, e a medicina e a psiquiatria demoraram muito tempo para assumir a responsabilidade de tratar esses indivíduos. Demoraria ainda mais para se iniciar a segregação desses indivíduos, que só se intensificaria na Renascença.

Com a chegada da Idade Moderna, o "louco" passou ser visto como um ser fora do comum, pouco compreendido em sua época. Surgiu, então, um método curioso e antiético, que trazia os maus-tratos da sociedade, expurgando esses indivíduos dos centros da Europa. No século XVII, a Europa foi tomada por esse fenômeno, e algo precisaria ser feito para o controle da patologia. Na Renascença, como modo de exclusão, os "loucos" eram colocados em navios, a nau dos "loucos", como nos diz Foucault (2019, p. 9):

Nau dos 'loucos', estranho barco que desliza ao longo dos calmos rios da Renânia e dos canais flamengos [...] Mas de todas essas naves românicas ou satíricas, a *Narrenschiff* é a única que teve existência real, pois eles existiram, esses barcos que levavam sua carga insana de uma cidade para outra. Os 'loucos' tinham então uma existência facilmente errante. As cidades escorraçavam-nos de seus muros; deixava-se que corressem pelos campos distantes, quando não eram confiados a grupos de mercadores e peregrinos.

Segundo o filósofo francês, há vestígio de mais de 22 partidas pela Europa, principalmente para a Alemanha. Cada cidade deveria cuidar de seus acometidos, permitindo apenas escorraçar os estrangeiros. A nau dos "loucos" representa cada indivíduo mentalmente atormentado em busca de sua razão, vagando pelas cidades, praças e mares tentando encontrar a vida que outrora levava. É perceptível que a cura

e a exclusão se entrelaçavam, pois os “loucos” vagavam com suas naus, ancorando-se em cidades conhecidas como pontos de peregrinação para esses indivíduos, e ali se criava uma prisão onde se colocava todos eles, não com o intuito de tratamento, mas de aprisionamento.

Como se isso não bastasse, arrancando a pouca dignidade que ainda restava a esses indivíduos, como forma de humilhação pública, tratando-os abaixo de seres humanos, Foucault (2019) nos apresenta um cenário ainda pior. Ele nos diz que alguns “loucos” eram chicoteados publicamente durante uma espécie de jogo, para depois serem perseguidos numa corrida simulada e escorraçados da cidade a bastonadas. Mais uma forma de humilhação que evidencia como a sociedade da época percebia esses indivíduos.

Podemos perceber nos relatos do autor a evolução da moral, pois essas atitudes, por mais inaceitáveis que sejam para nós hoje em dia, eram admissíveis na época. Foram necessárias décadas de discussões sobre a loucura, batalhas no campo ético travadas por médicos, jornalistas, filósofos e cidadãos, pessoas comprometidas com a humanização no tratamento e a tomada de outra consciência sobre a patologia. Ainda na época de Foucault, em meados dos anos 60 e 80, existiam formas terríveis de tratamento que, de forma nenhuma, geravam melhoria na vida e na saúde dos acometidos; pelo contrário, causavam a piora e a morte desses indivíduos.

É importante ressaltar que os “loucos” não eram deixados à deriva no mar, procurando seu destino, mas, sim, sob a vigilância dos marinheiros, encarregados de garantir que a insana encomenda chegasse ao seu destino. Tudo isso para ter a certeza de que ele iria para longe e se tornaria, de uma vez por todas, prisioneiro desse destino, pois todo embarque era definitivamente o último.

É possível perceber, dessa forma, o fascínio da sociedade pela loucura. Muitos autores se debruçaram sobre esse conhecimento, como Foucault (2019), que afirma que a loucura é o oposto das trevas, pois ela fascina por ser um saber, embora um saber difícil e fechado de se compreender, de se encontrar a verdade absoluta dessa realidade irreal.

Para ele, o “louco” é o único ser que detém a loucura por completo. O homem racional só consegue obter fragmentos pequenos dessa realidade tão inacessível, mas o “louco” a possui integralmente, como uma esfera intacta. Enquanto Nietzsche

(2016) afirma que o "louco" é um espírito livre que vaga por onde quer, obtém a verdade e a controla como deseja, Foucault (2019) propõe uma relação mais complexa entre loucura e razão, mostrando que loucura e razão não são opostos, mas se definem mutuamente em um jogo contínuo de inversão, no qual uma julga e fundamenta a outra:

A loucura torna-se uma forma relativa à razão ou, melhor, loucura e razão entram numa relação eternamente reversível que faz com que toda loucura tenha sua razão que a julga e controla, e toda razão sua loucura na qual ela encontra sua verdade irrisória. Cada uma é a medida da outra, e nesse movimento de referência recíproca elas se recusam, mas uma fundamenta a outra. O velho tema cristão segundo o qual o mundo é uma loucura aos olhos de Deus rejuvenesce no século XVI, nessa dialética estrita da reciprocidade (p. 30).

Há um processo lento de evolução da compreensão da loucura, embora esse processo, por muito tempo, não tenha sido positivo. O mundo, a medicina e a ciência se viam na obrigação de responder a esse problema, que surgia e se tornava cada vez mais frequente. Com o tempo, a loucura passou a ser vista como uma doença mais séria, que não se resolveria apenas com a exclusão desses indivíduos das cidades.

Aos poucos, foram sendo criados espaços de acolhimento para os acometidos, embora em locais pouco apropriados, como mencionado anteriormente, não sendo destinados ao tratamento, mas a espaços semijurídicos, ou melhor, correccionais. Assim, a psiquiatria se tornaria uma forma punitiva do poder institucional do Estado dessa época.

Durante o século XVIII, a exclusão dos acometidos, tema muito abordado por Foucault (2019), torna-se muito mais aparente com as internações. Os hospícios transformam-se em casas de tratamento e aprisionamento. Ele afirma que a medicina usava métodos pouco científicos para cuidar desses "loucos", ou seja, de forma punitiva.

O filósofo deixa claro que os locais de acolhimento dos acometidos não eram apenas espaços onde coabitavam os "loucos", mas todos os tipos de indivíduos rejeitados pela sociedade, permitindo que um grupo social mais privilegiado eliminasse os elementos que lhe eram contrários ou nocivos. O internamento foi,

portanto, a eliminação espontânea dos “a-sociais” (Foucault, 2019). Quando a loucura se tornava uma ameaça para os indivíduos sadios, surgia, então, o internamento, que não tinha a finalidade de tratar a patologia, mas de isolar.

Esse pensamento usado para dominar os “loucos” é evidente ao longo da história, justamente no chamado século da razão ou século das luzes (XVIII), período cartesiano em que a razão predominava acima de tudo, sendo ameaçada por indivíduos “irracionais”. Por isso, o isolamento se torna uma solução, afastando o perigo.

Vale lembrar que a loucura sempre chamou a atenção da sociedade, assim como dos filósofos, e como a desrazão os atraía a ponto de os fascinar. Nem sempre a loucura foi vista com maus olhos; pelo contrário, houve diversas formas de compreensão por parte dos filósofos gregos antigos.

Essa relação de conhecimento mítico perdurou por muito tempo, mas é importante esclarecer que o “louco” nunca foi visto como um indivíduo comum, normal aos olhos dos homens, mas como alguém que continha a desrazão. Apesar de dividir espaço com filósofos e condecorados da razão, deveria haver uma distância, separando o sagrado das experiências terrenas.

Esse elemento de exclusão social, muito discutido na obra de Foucault (2019), é fundamental para a compreensão ética do tratamento dos acometidos pela loucura na Idade Média, uma vez que esse problema não foi superado ao longo do tempo.

Para Foucault (2019), o internamento não representou apenas um papel negativo no sentido de exclusão, mas também um papel positivo de organização, pois, segundo ele, suas práticas e suas regras constituíram um domínio de experiências. Mas vale ressaltar que, segundo suas ideias, refazer a história do processo de exclusão é realizar a arqueologia de uma alienação. Para ele, o mais importante não é criticar esses métodos, nem as categorias patológicas determinadas na época, mas entender como essas práticas foram realizadas para compreender a história da loucura nos discursos presentes em cada época.

Os indivíduos recebidos nos hospitais, sobretudo no Hospital Geral de Paris, eram obrigados a se submeter à moral vigente da época e preparar-se para o castigo, a punição e a penitência, com o objetivo de retornarem à comunhão com os outros indivíduos da sociedade. Por isso, não se poderia admitir um “louco” sem que este

tivesse um atestado ou certificado de punição, podendo ser recebido apenas se se sujeitassem à correção e às chicotadas (Foucault, 2019).

A princípio, esses indivíduos eram vistos e tratados de formas diferentes. As pessoas acreditavam que eles eram enviados por Deus para castigo dos homens, sendo tratados como outros acometidos por doenças como a peste, lepra e a fome.

Nesse contexto, a exclusão dessas pessoas pode ser analisada a partir da reflexão proposta por Farah (2015, p. 5): o que leva alguém a ser avaliado e, consequentemente, excluído?, que nos propõe as indagações e reflexões a seguir:

Inevitável não iniciar este tópico com os seguintes questionamentos: Qual o conceito de normalidade? O que é ser "louco" e são? Excluir para controlar? Ou controlar para excluir? Controlar seria negar o acesso? Negar o acesso de poder compartilhar da estrutura social existente seria este o modo mais fácil de controle? A ideologia auxilia neste controle e na aceitação da exclusão? A sociedade cria normas de comportamentos e condutas as quais por todos devem ser seguidas, é assim que de certa forma esta vai construindo seu conceito de normalidade dentro da sua atmosfera.

O que depreendemos, portanto, é que vivemos em uma sociedade que padroniza seus cidadãos, e tudo aquilo que sai desse padrão é visto como desordem e caos, devendo voltar à ordem, caso contrário, sendo excluído do ambiente comum. A loucura depende da avaliação coletiva da sociedade. Tenha o indivíduo um diagnóstico de doença mental ou não, a sociedade se adianta para taxá-lo e excluí-lo.

A construção social do conceito de normalidade é imposta imediatamente sobre a pessoa, e a atitude mais imediata da sociedade é de segregação: excluir antes que o "vírus" se espalhe pela cesta. Segundo Teodoro, Silva e Couto (2019, p.2):

Em outras palavras, podemos falar de uma dimensão pathica que habita todo sujeito, uma dimensão que revela o modo próprio como ele é afetado pelo que vive e as respostas que formula (Vorcaro, 2015). Portanto, a resposta do sujeito a uma patologia é sempre singular, pois implica um conhecimento elevado à condição de saber, mesmo que seja um saber inconsciente, um saber que não se sabe, mas que orienta o sujeito, de algum modo, na sua relação com o Outro da determinação simbólica.

A exclusão de indivíduos é uma realidade presente em todas as épocas. Para os "loucos", essa barreira foi construída por muito tempo pela própria psiquiatria, cuja

finalidade, por muito tempo, foi o controle desses indivíduos. Percebemos, assim, um poder disciplinador no meio da sociedade, capacitado a disciplinar qualquer indivíduo que não atenda às normas estabelecidas. Foucault (1987) declara que as escolas, os presídios e os sanatórios são meios institucionalizados de controle da população pelo Estado.

O indivíduo ganha uma roupagem dada pela sociedade. Considerado uma ameaça para si e para os outros, incapaz de cuidar de si mesmo, é levado aos cuidados de outros, nem sempre como forma de tratamento de sua patologia, mas como o cumprimento de uma ordem feita para o bem comum, a fim de excluir essas pessoas.

Esses são os parâmetros escolhidos pela sociedade, como abordado por Foucault (2019), e por diversos outros filósofos e profissionais da saúde mental. Este é o mundo correcional, segundo o filósofo francês, um mundo que não permite o diferente e busca o caminho mais fácil. Para Foucault, a existência do desatino e sua exclusão conferiu ao homem um poder de fascínio.

Para Foucault (2019), é muito importante perceber esse fascínio nos rostos dos acometidos, de todos aqueles que foram encerrados devido ao desarranjo em seus costumes e espírito. É bonito como o teórico observa esses indivíduos com carinho e atenção, tratando-os como seres individuais, com maneiras diversas de agir, altamente pessoais e variadas, e com a capacidade de modelar uma experiência comum. Ainda para o filósofo:

Royer-Collard não entende mais a existência correcional; procura seu sentido do lado da doença e não o encontra; remete-o ao mal em estado puro, um mal sem outra razão além de seu próprio desatino: 'Delírio do vício'. No dia dessa carta a Fouché, o desatino clássico se fechou sobre seu próprio enigma; sua estranha unidade que agrupava tantos rostos diversos, se perdeu para nós, definitivamente (2019, p. 123).

Essa é a perspectiva do autor sobre essa parte da nossa história, sobre como percebemos o mundo e como o mundo percebe tais indivíduos, além de buscar separar a loucura para examinar apenas a doença, e não os seus comportamentos e relações, pois este é o erro da modernidade em relação a essa patologia.

De modo conciso, Foucault buscou recuperar essa cisão na história do ocidente, estabeleceu a distância entre a razão e loucura fazendo com que a razão passasse a estabelecer verdade da loucura enquanto que a loucura foi colocada em silêncio, ou seja, hoje por exemplo, a loucura é um objeto de estudo médico, que fala sobre da loucura são os médicos, são os psicólogos, a própria loucura não pode mais falar dela mesmo, ela foi colocada em silêncio. Então o entendimento da loucura como doença mental começou apenas no final do século XVIII, a partir de um diálogo rompido entre a razão e a não razão. A linguagem da psiquiatria se constituiu a partir de um monólogo da razão sobre a loucura, como resultado de um processo que passou pela indiferenciação, depois pela segregação e por fim, pela instituição asilar.

Na próxima seção, abordaremos o campo da liberdade. Já vimos como se deu a segregação e todo o processo de exclusão dos corpos; agora discutiremos a liberdade desses indivíduos e como eles se percebem livres em uma sociedade excludente.

3 Liberdade da loucura no discurso do poder

Para iniciar a discussão é preciso compreendermos o conceito de poder em Foucault, que não se estrutura de forma vertical, como uma relação lógica entre superiores e subordinados, nem se restringe ao poderio do capital. Pelo contrário, trata-se de algo multidirecional, que se ramifica de diferentes maneiras na sociedade (Bordin, 2014).

Essa perspectiva difere da concepção clássica de poder em Hobbes, que o associa centralizado em uma autoridade suprema. Albuquerque (1995, p. 107), ao traçar um paralelo entre Hobbes e Foucault, apresenta que:

[...] o poder é o conjunto de recursos, de natureza psicológica, material ou econômica, existentes na sociedade, que os indivíduos põem a serviço de uma autoridade suprema, para manter a ordem pública. É esta a noção que corresponde ao conceito de poder em Thomas Hobbes, uma das vertentes do pensamento político moderno. Aqui, de novo, aparecem os mesmos elementos: o poder é um objeto (um conjunto de recursos) possuído pelo rei (a autoridade suprema) e oferecido por seus súditos (os indivíduos da sociedade). Hobbes se encarrega de dar concretude à entidade que detém o poder chamando-a Leviatã.

Outra concepção de poder em Foucault, destacada por Ramos (2010, p. 19), envolve sua relação com a liberdade. O poder não é uma substância fixa, mas um conjunto de relações dinâmicas entre indivíduos livres, que podem reverter sua posição conforme os mecanismos em jogo:

Para escapar deste poder é preciso enxergá-lo não como uma substância, mas como relações entre indivíduos. Indivíduos que são livres e que podem inverter a relação dependendo do mecanismo de poder que está atuando sobre eles. A liberdade é uma condição para o exercício do poder. Na noção de “governabilidade”, o poder aparece como condutor da ação.

Vistas as concepções de poder em Foucault, podemos compreender a sua relação com a loucura. Em sua obra, o autor cita uma lei como exemplo de compreensão do “louco” e de sua liberdade, criada na França em 1790, que confiava à vigilância e à autoridade dos corpos municipais o cuidado de prevenir os acontecimentos importunos que poderiam ser ocasionados pelos insensatos deixados em liberdade (Foucault, 2019). A partir daquele momento, os responsáveis pela vigilância daqueles indivíduos “loucos” passaram a ser da família, permitindo, com isso, que quaisquer medidas úteis pudessem ser tomadas, como salienta o filósofo francês:

Através desse desvio de sua libertação os “loucos” reencontram, mas desta vez na própria lei, esse estatuto animal no qual o internamento os alienara; tornam-se animais selvagens na própria época em que os médicos começam a reconhecer neles uma animalidade. Mas é em vão que se coloca essa disposição nas mãos das autoridades: nem com isso os problemas se resolvem. Os hospitais para alienados ainda não existem (2019, p. 420).

Para Foucault (2019), após o desaparecimento de algumas casas de internação, a loucura foi deixada à mercê da sociedade, sem nenhum espaço social. E, diante do perigo representado pelos “loucos” soltos e sem cuidados, a sociedade, em busca de segurança, reagiu a essa liberdade com várias medidas de repreensão, que lhe permitiram dominar a loucura pela força e pelo ódio. Esses sentimentos, segundo Foucault, representam o retrocesso, como na criação de casas reservadas a esses insensatos, causando, assim, a falta de liberdade. Contudo, para o autor, a sociedade estava se preparando para o advento do que seria um reconhecimento

positivo da loucura e também uma forma de tratamento mais humanizada dos alienados.

A liberdade não se limita a apenas ao direito de ir e vir, mas também ao direito de pensar, falar, imaginar, sonhar, desejar e a muitos outros termos dos quais os “loucos” foram, por muito tempo, privados. Por isso, analisamos, além da exclusão, a falta de liberdade. Embora alguns acreditem que exclusão e falta de liberdade sejam a mesma coisa, essas duas ideias implicam em conceitos diferentes. Exclusão e segregação referem-se mais ao externo, à privação de direitos de forma física, sendo excluído de um determinado ambiente, enquanto a falta de liberdade diz respeito ao interno, à limitação de ações e pensamentos que muitas vezes não valorizamos, como o ato de pensar, refletir e questionar.

Ou seja, isso nos leva a conceber um ser humano submisso ao poder, o “louco” como subordinado ao racional, que submete suas forças e energias àqueles que têm autoridade para impor-lhes a reclusão, principalmente interna, no que tange à liberdade.

O poder foi o responsável pela institucionalização da loucura, que impôs sobre esses indivíduos o direito de permanecerem enclausurados e excluídos por séculos. A repressão contra esses indivíduos e a luta pela retirada de sua liberdade foram imensas, tornando impossível pensá-los como parte da sociedade, fato evidenciado por Foucault em sua tese, na qual a psiquiatria é vista como uma polícia dos “loucos”, revestida de filantropia (Malamut; Modena; Friche, 2011). O interesse de Foucault em sua obra e em toda sua vida de pesquisa no campo da loucura foi compreender a relação entre o sujeito e a prática do poder.

Para Foucault (2019), o maior problema do mundo era o poder, por ser este o grande causador da aniquilação da liberdade de cada “louco”, independentemente do que os levasse ao asilo e ao exílio, uma vez que a ordem de controle sempre vinha do poder, que não raramente se localiza no agir político do homem.

A retirada de liberdade é um instrumento do poder manicomial, que alcança a segregação, retirando a identidade da loucura por meio de um processo de conhecimento. Nesse contexto, o “louco” passa a ser apenas um objeto experimental da ciência, cuja liberdade será retirada para experiência em um ambiente científico de pesquisa, numa clínica psiquiátrica, mas, para isso, é necessária a reclusão.

Esta é uma herança do modelo de racionalidade científica das ciências naturais. A retirada de liberdade de indivíduos prejudicados mentalmente tem unicamente o intuito de reeducá-los para, enfim, devolvê-los ao seu espaço natural: a sociedade. Portanto, o "louco" é feito alheio de si mesmo com a extração de um instrumento tão necessário para nós: a nossa liberdade.

Esse isolamento a que o "louco" é submetido é abordado por Amarante e Torre (2018), que o consideram uma estratégia que, ao afastar influências externas, transforma a loucura em alienação mental, e cujo tratamento disciplinar centra-se no modelo correcional:

O isolamento, como princípio teórico e ato institucional, propicia um método, semelhante ao estado in vitro, afasta as influências maléficas e a contaminação. Esse método faz "ver" diferente a figura do "louco" (produz uma nova visibilidade sobre a loucura, que passa a ser vista como alienação mental), e produz formas de compreensão da loucura condizentes com a crença no tratamento como regramento da desordem, por meio da disciplina, e como um retorno à razão ("dobrar o alienado à razão"), uma espécie de ortopedia da alma a partir do modelo da instituição correcional (p. 4).

A família é tutora da liberdade do "louco" e, na maioria das vezes, é a principal responsável pela internação dos indivíduos, pois somente ela detém o poder acima dos psiquiatras para interpretar suas medidas em relação ao "louco". Assim, a família se torna uma das maiores responsáveis pela retirada da liberdade desses indivíduos, causando, por consequência, o abandono (Malamut; Modena; Friche, 2011).

Foucault (2019) nos afirma que, por muito tempo, o pensamento médico e a internação se mantiveram estranhos um ao outro. Enquanto se desenvolvia segundo suas próprias leis, o conhecimento das doenças do espírito, como a loucura, era compreendido como uma experiência que tomava lugar no mundo clássico, simbolizada e fixada pelo internamento. Ele também sustenta que, com o passar do tempo, houve tentativas de unificar esses dois pensamentos (o médico e o da internação) com o objetivo de uma primeira convergência:

Não se trata de uma iluminação, nem mesmo de uma tomada de consciência, que teria revelado, numa conversão do saber, que os internos eram doentes; mas sim de um obscuro trabalho no qual se defrontam o velho espaço de exclusão, homogêneo, uniforme, rigorosamente limitado, e esse espaço social da assistência que o século XVIII acabou de fragmentar, de tornar

polimorfo, segmentando-o segundo as formas psicológicas e morais da devoção (2019, p. 438).

Foucault (2019) também coloca sobre a família o poder da internação e do tratamento para com o "louco", tendo autoridade para decidir pela internação ou pela retirada da liberdade no próprio espaço familiar, não permitindo que o indivíduo perigoso se misturasse à sociedade e circulasse livremente. A loucura, dessa maneira, toma um *status* público e um espaço de confinamento que garante à sociedade a proteção contra os perigos.

Não se compreendia ainda que aquele espaço de confinamento estaria mais próximo da correção ou da hospitalidade. Porém, uma coisa é sabida: no momento em que o internamento se desfazia, devolvendo os "loucos" à liberdade, eles se encontravam na mesma situação que os outros rejeitados da sociedade: doentes e pobres.

A sociedade procura um estatuto hospitalar para a loucura, a fim de substituir a família, que fracassa na função de proteção social. O que Foucault (2019) nos explica é que a sociedade e a medicina buscam, sem cessar, uma definição da loucura para que ela seja novamente confinada, criando uma casa de internamento ideal. Malamut; Modena e Friche (2011, p. 58) acrescentam que:

se nos limitássemos à leitura de que as únicas fontes de legitimidade dadas ao poder médico fossem a família, que ganha sua parcela de 'descanso', e o Estado, que assim evita superlotação de estruturas judiciário-policiais, abordaríamos o assunto sobre uma perspectiva reducionista e segregacionista [...].

Dizer que havia um movimento para limitar a legitimidade do poder médico à família e ao Estado seria uma visão muito redutora, que marginaliza as complexas dinâmicas de poder e exclusão envolvidas. Foucault (1987) explica como a sociedade retira a liberdade do "louco". Para ele, o poder e a força do Estado agem sobre o "louco" apenas por meio de significações psicológicas e sociais, em um sistema de símbolos que refletem a moral e fazem a loucura ser vista como desordem, irregularidade, erro obscuro — uma perspectiva do homem como perturbador do Estado e como alguém que trava uma batalha contra a moral.

Para Foucault, a humanidade silencia e exclui o "louco". Ele se escandaliza com a sujeição, estigmatização, patologização, discriminação e confinamento a que a sociedade submeteu e ainda submete os "loucos", por meio de diversos grupos sociais, como a família, médicos, instituições sociais, o aparelho judiciário e o Estado (Bruni, 1989).

Foucault (2019) nos dá um exemplo de como o cuidado para com esses indivíduos deveria ser. Segundo ele, o internamento deveria ser também uma medida de conciliação entre as possibilidades da riqueza e as exigências da pobreza. Enquanto os ricos transformam em lei o tratamento cuidadoso, em suas casas, de seus parentes acometidos pela loucura, os pobres não têm os recursos necessários para oferecer o mesmo cuidado. Por isso, Foucault acredita que deve haver um modelo ideal proposto pela riqueza — um socorro disponível para os pobres, garantindo que sejam tão bem cuidados quanto se estivessem sob a proteção da própria família.

Todavia, para o filósofo, a parte mais importante disso tudo é encontrar um equilíbrio entre a exclusão pura dos "loucos" e os cuidados médicos conforme são considerados doentes. A retirada de liberdade dos "loucos" nada mais é do que livrar a sociedade de um perigo constante que eles mesmos representam. Podemos perceber, com tudo o que já foi descrito aqui, que, durante séculos, a sociedade segregou os "loucos", classificando-os como perigosos. No entanto, vemos que o maior perigo não está nos "loucos", mas na própria sociedade, que aplicava terríveis punições sobre esses indivíduos. Por isso, para Foucault, o internamento também é necessário, desde que garanta assistência a todos os "loucos", oferecendo-lhes um tratamento que se equipare ao que seria oferecido a pessoas afortunadas.

Porém, esse tratamento só se dá caso haja possibilidade de cura. Caso contrário, o internamento retomaria apenas o sentido de exclusão e de retirada de liberdade. De acordo com Foucault (2016, p. 85):

Naturalmente, a medicina desempenhou um papel de dominadora comum... Seu discurso passava de um a outro. Era em nome da medicina que se vinha ver como eram instaladas as casas, mas era também em seu nome que se catalogavam um 'louco', um criminoso, um doente... Mas existe, de fato, um mosaico bastante variado de todos esses 'trabalhadores sociais' a partir de uma matriz confusa como a filantropia.

Foucault, de fato, traz para o discurso vários exemplos de dominadores e abusadores do poder. No caso da loucura, ele nos recorda as práticas da medicina, da psiquiatria, da família, do Estado e outros. Podemos perceber claramente diversos discursos de poder relacionados à loucura, com o maior deles, evidentemente, centrado na retirada da liberdade.

A utilização do poder, da autoridade e da violência era mais fácil no antigo modelo asilar, onde o controle se dava pela simples prática de amarrar, trancar e sedar os "loucos" quando necessário. Hoje, após as reformas psiquiátricas, tais atitudes não são comuns, exceto nas situações em que os "loucos" representem uma ameaça perigosa. Porém, os mecanismos de violência ultrapassam o sentido físico e medicamentoso, estendendo-se também à própria autoridade.

Para Foucault, o primeiro e mais importante remédio a ser oferecido ao "louco" é a liberdade, pois o internamento não deve ter apenas um caráter dominante. Ao contrário, deve proporcionar uma liberdade para que a própria loucura se manifeste, permitindo que ela se expresse com seus impulsos e sentimentos. O internamento deve ser despojado de qualquer autoridade e poder, criando um espaço onde a loucura tenha liberdade para se imaginar e se abrir, tocando o espírito capaz de sentir o que é da natureza da loucura. Ainda de acordo com o filósofo:

O indivíduo, parece-me, não é mais que o efeito do poder, na medida em que o poder é um procedimento de individualização. E é sobre o fundo dessa rede de poder, que funciona em suas diferenças de potência, em seus desvios, que algo como o indivíduo, o grupo, a coletividade, a instituição aparece. Em outras palavras, aquilo com que se tem de lidar, antes de lidar com as instituições, são as relações de força nessas disposições táticas que perpassam as instituições (2006, p. 25).

A prática asilar envolve o poder aplicado pelo médico sobre o "louco" dentro desse sistema de poder, buscando tratar a força da loucura. A única forma de resistir a isso é, sem dúvida, a submissão a tais práticas. A terapêutica da loucura é, então, a arte de subjugar e domar o "louco" (Foucault, 2006), estabelecendo uma relação de poder que coloca o "louco" em dependência de um homem que, por suas qualidades físicas e morais, exerce o desejo de mudar a forma de pensar e ver o mundo do paciente.

Neste momento, a loucura passa a ser vista como objeto do conhecimento a ser controlado e dominado. O médico passa ter um papel central de saber e poder sobre a loucura. O asilo ganha uma função institucionalizada que transformou o internato num lugar de procedimentos terapêuticos. Tanto o estatuto do médico como da instituição asilar não se assenta sobre o seu saber acerca da loucura, mas sobretudo, por sua instância moral.

A segregação e a exclusão descritas são exemplos claros de um jogo meticuloso e bem articulado. Por muito tempo, na Idade Clássica, a loucura foi associada a uma forma animalesca (Foucault, 2019, 1987), comparando sua natureza e essência à de um animal. Já na modernidade, a loucura continua a ter essa essência, mas de forma suave e tão natural, ao ponto de não mais pôr em risco a verdade humana. As próprias casas de internação foram projetadas para receber animais. Um exemplo disso é o Sanatório Colônia, em Barbacena, Minas Gerais, onde havia um pátio aberto para os doentes tomarem sol, mas sem sombra; onde dormiam sobre palhas secas, e a água que bebiam era de esgoto. Curiosamente, acreditava-se que essa forma "terapêutica" de semiliberdade tinha valor de tratamento. De acordo com Foucault (2019, p. 448):

Quanto mais o homem é coagido, mais sua imaginação divaga. Quanto mais estritas forem as regras às quais seu corpo está submetido, mais desregrados serão seus sonhos e suas imagens. De modo que a liberdade aprisiona melhor a imaginação do que as correntes, uma vez que ela confronta sem cessar a imaginação com o real e dissimula os sonhos mais estranhos nos gestos mais familiares.

Assim, a liberdade, para Foucault, é o remédio para esse mal — um remédio que freia uma imaginação perdida. Esta liberdade, reclusa e sem a imposição da relação de poder e violência, é, sem dúvida, agente de cura. Trata-se de uma terapêutica, não tanto no sentido dos cuidados, mas pela liberdade em si, pelos limites, pelo silêncio, que conduz do erro à verdade, da loucura à razão.

Foucault (2019) nos diz que a ruína do internamento foi mais brutal em alguns lugares do que em outros. Nos locais onde a loucura perdurou, surge um trabalho que ele tenta entender: trata-se de uma tomada de consciência. Em suas palavras:

Ainda falta dar a essa tomada de consciência a plenitude de seu sentido; trata-se menos de uma descoberta repentina do que um longo investimento, como se nessa "tomada de consciência" a *captura* fosse ainda mais importante do que a novidade da *iluminação* (2019, p. 471).

Para ele existe uma consciência histórica que se apoderou da loucura, dominando seu sentido, devolvendo-lhe a liberdade e uma verdade positiva. Esse processo não é apenas causado pelo desaparecimento da segregação e punições, mas também por fatores que pertencem a um processo positivo de esclarecimento, separação e liberação, além das novas estruturas de proteção que permitem à loucura se despender e se redescobrir próxima à razão (Foucault, 2019).

Esses fatores se complementam e se dão sentido mutuamente. É com esse pensamento que o panorama da loucura começa a mudar. Foucault (2019) apresenta um quadro esclarecedor, que torna as ideias acima mais compreensíveis:

Quadro 1: Mudanças no panorama da loucura segundo Foucault

Formas de liberação	Estruturas de proteção
1 Supressão de um internamento que confunde a loucura com todas as outras formas do desatino.	1 Designação, para a loucura, de um internamento que não é mais terra de exclusão, porém, lugar privilegiado onde ela deve encontrar sua verdade.
2 Constituição de um asilo cujo único objetivo é de caráter médico.	2 Captação da loucura por um espaço intransponível que deve ser, ao mesmo tempo, lugar de manifestação e espaço de cura.
3 Aquisição, pela loucura, do direito de exprimir-se de ser ouvida, de falar em seu próprio nome.	3 Elaboração ao redor e acima da loucura de uma espécie de sujeito absoluto, que é totalmente um olhar e que lhe confere um estatuto de objeto puro.
4 Introdução da loucura no sujeito psicológico como verdade cotidiana da paixão, da violência e do crime.	4 Inserção da loucura no interior de um mundo não coerente de valores e nos jogos da má consciência.
5 Reconhecimento da loucura, em seu papel de verdade psicológica, como determinismo irresponsável.	5 Divisão das formas da loucura segundo as exigências dicotômicas de um juízo moral.

Fonte: Foucault, 2019, p. 571.

Para o autor, esses duplos movimentos constituem a experiência moderna da loucura. São movimentos gradativos que podemos perceber através dos termos da loucura, como ela se apresentava e o seu infeliz destino na segregação e na exclusão dentro das casas de internação, que, por tanto tempo, abrigaram os insanos.

Por fim, podemos compreender, histórica e filosoficamente, a libertação da loucura e perceber que, em certos momentos da trajetória da humanidade, o internamento deixou de ser uma opção. Desse modo, o entendimento sobre a loucura

passou por diversas transformações entre o século XV e XIX, indo da circulação e da indiferenciação em relação ao saber, enquanto ainda uma forma de saber, passando pela reclusão e a segregação, juntamente com os libertinos, os pobres portadores de doenças venéreas como expressão de desrazão. Posteriormente, passou a ser considerada uma doença mental, sendo a loucura internada e medicalizada, enquanto objeto de estudo e tratamento médico. A loucura perde, inicialmente, sua razão, para depois perder sua voz.

A partir desse momento, a loucura passa a ser um campo de estudo da medicina. Antes de ser apropriada pela medicina, a loucura percorreu as artes, a filosofia e outros caminhos. Quem falava da loucura era o próprio louco, o artista, o filósofo. Hoje, quem fala da loucura ou quem tem direito de falar sobre ela são apenas os especialistas. O louco já não pode mais falar de si, porque ele já é louco. Foucault, nesse sentido, apresenta-nos um quadro de silenciamento da loucura por meio do controle, do domínio pela razão e, hoje, pelos medicamentos e pelas práticas psicológicas e/ou psiquiátricas.

Outro ponto importante nessa discussão é que o autor nos permite compreender o que se fazia no passado e o que se faz no presente. O que carregamos desse passado? Diferentemente do que a ciência psicológica supõe, não houve uma ruptura total com as práticas anteriores. Antes, os loucos eram presos em celas. Nos manicômios, até pouco tempo atrás, usavam roupas que os imobilizavam. Hoje, há medicamentos que o indivíduo toma e entorpece, impedindo-o de viver plenamente. Ou seja, há uma prática medicamentosa em curso. As práticas de hoje não estão tão longe daquelas do passado. Em parte dos cursos de psicologia, quando se fala da história da psicologia, o professor geralmente se expressa com certo orgulho, como se dissesse: antes era assim, mas hoje somos mais humanos, não fazemos mais isso. Nosso autor afirma que fazemos pior, justamente porque parece que é mais humano.

Foucault critica a ideia de que a perspectiva humanista da psicologia representa uma evolução desse campo de saber. Nessa perspectiva, fica claro que as táticas de controle dos diferentes, dos desajustados, dos loucos, tornaram-se mais eficazes. É a criança diagnosticada com Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC), é o indivíduo considerado estranho no ambiente de trabalho, é aquele que não produz o suficiente. Ou seja, trata-se de novos termos para disfarçar, para parecer uma versão polida dos tempos atuais, aquilo que antes era pancadaria. Mas continua sendo controle, talvez

até mais rigoroso, justamente por não ser tão evidente quanto no passado. São práticas invisíveis e sutis. Em outras palavras, antes da disposição científica e classificatória, a loucura, segundo Foucault, tinha mais liberdade, o louco era mais livre do que é hoje.

Considerações finais

Durante o estudo e a construção deste trabalho, analisamos a visão de Foucault sobre a loucura, reconhecendo suas estruturas, consequências e interferências na formação do indivíduo, com o objetivo de responder à questão “*Qual a visão de Foucault sobre a loucura?*”. Para tanto, percorremos diversos autores que nos ajudaram a compreender a perspectiva de Foucault e desmembramos suas ideias em três explorações centrais.

Na primeira, ao examinar a visão de Foucault, chegamos à percepção de que o homem criou a loucura, pois ela é uma patologia social, dependente da observação de um grupo de pessoas para seu juízo. No entanto, muitas vezes, também resulta do convívio social.

Na segunda, ao analisar a ideia de exclusão em Foucault, podemos afirmar que, na perspectiva foucaultiana, a loucura tem como consequência a exclusão social. Observamos essa exclusão tanto na perspectiva de Foucault (na Europa) quanto na de outros autores (no Brasil).

Por fim, na terceira exploração, Foucault comprehende a perda da consciência do indivíduo na sociedade como consequência da loucura, principalmente através da relação de poder e liberdade.

Acreditamos que a resposta para a problemática da pesquisa se resume na seguinte afirmação: Para Foucault, a loucura é a condição de impossibilidade do pensamento, pois a liberdade do pensar lhe é negada. Ou seja, a segregação impede o livre juízo. A loucura se torna uma condição imposta, uma impossibilidade de reflexão sobre a realidade.

Neste sentido, a análise também nos conduziu para a questão de quem somos hoje. Essa questão nos incentiva a perguntar sobre o que estamos falando no presente. Interrogações que recebem uma resposta dual: somos o *presente*, nesse que se defronta com a razão e a história, e o hoje é a *atualidade* que só se faz com e

pelos sujeitos. Através da exploração das brechas do poder, se dá o exercício contínuo da razão e da busca pelo conhecimento. Assim, a afirmação da liberdade torna-se essencial para o nosso desenvolvimento como seres humanos.

Concluímos que, nas ideias de Foucault, as mazelas impostas aos "loucos" apontam mudanças do pensamento sobre a patologia. Suas palavras, nos permitem depreender que os espaços construídos não serviram para proteger o mundo contemporâneo da chamada maré da loucura e que acabou libertando o louco da desumanidade de suas correntes, mas que acorrentou ao louco o homem e sua verdade. E ainda acrescenta, que o homem passa a ter acesso a si mesmo como ser verdadeiro, mas esse ser verdadeiro só lhe dado na forma de alienação. Em síntese, essa reflexão mostra um processo que enriqueceu a nossa compreensão filosófica, não apenas sobre a loucura, mas também sobre diversas temáticas envolvidas neste diálogo.

Referências

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Michel Foucault e a teoria do poder.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 105-110, outubro de 1995.

AMARANTE, Paulo; TORRE, Eduardo Henrique Guimarães. "De volta à cidade, sr. cidadão!" - reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 6, p. 1090–1107, nov. 2018.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro.** 20. ed. São Paulo: Geração, 2018.

BORDIN, Tamara Maria. o saber e o poder: a contribuição de Michel Foucault. **Saberes**, Natal RN, v. 1, n.10, p. 225-235, nov. 2014.

BRANCO, Guilherme. A loucura como produção e construção social. [entrevista concedida a] Márcia Junges. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, n. 364, 6 Jun. 2011.

BRITO, Noleto Zuleide. **A sociedade e a produção da loucura.** São Paulo: Encena, 2011.

COSTA JÚNIOR, Francisco da; MEDEIROS, Marcelo. Alguns conceitos de loucura entre a psiquiatria e a saúde mental: diálogos entre os opositos. **Psicologia USP**, v. 18, n. 1, p. 57–82, mar. 2007.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** São Paulo: Editora 34, 1992.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARAH, Deborah Sobrinho. Loucura e dicotomia entre exclusão e controle social. **Revista Direito e Inovação**. São Paulo v. 3. p. 78-90, Jul. 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 12, n. 1, p. 117–128, jan. 2006.

MALAMUT, Bernardo Salles; MODENA, Celina Maria; FRICHE, Izabel C. Violência e poder no discurso psiquiátrico: da exclusão sistemática às subjetivações normativas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte. 23 (n. spe.), 2011, p. 53-62.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Aurora**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

PROVIDELLO, Guilherme; YASUI, Silvio. A loucura em Foucault: arte e loucura, loucura e desrazão. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n.2, abr.- jun. 2013.

RAMOS, Nina Schilkowsky. O poder em Foucault. In: Seminário de Iniciação Científica da Pontifícias Universidade Católica, 18., 2010, Rio de Janeiro. **Anais** [..], Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010. p. 1-24. Disponível em: Pontifícia universidade católica do rio de janeiro. Acesso em: 11 nov. 2024.

SILVEIRA, Lia Carneiro; BRAGA, Batista. Acerca do conceito de loucura e seus reflexos na assistência de saúde mental. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, ano 4, Vol. 13, jul./ago. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281421846019>. Consultado: 2 nov. 2023.

TEODORO, Elizabeth Fátima; SILVA, Mardem Leandro; COUTO, Daniela Paula do. Do dispositivo psicopatológico: a loucura entre os muros do discurso. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 22, n. 3, p. 457–481, jul. 2019.

Notas

* Graduado em Filosofia, Instituto Filosófico e Teológico São João Maria Vianney, <https://orcid.org/0009-0001-4925-7355>, raimundo.filho@sou.fcr.edu.br.

** Doutorado em Educação, Instituto Federal do Acre, <https://orcid.org/0000-0001-9463-2815>, marcondes.nicacio@ifac.edu.br.

*** Doutorado em Educação, Universidade Federal do Acre, <https://orcid.org/0000-0002-5230-0449>, alessandroczs@bol.com.br.